

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR E EDUCAÇÃO

Inspeção-Geral da Educação e Ciência

Aviso n.º 6952/2019

Divulgação da legislação ao abrigo do n.º 8 do artigo 9.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, no âmbito do procedimento concursal publicado pelo Aviso n.º 15692/2018, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 201, de 31 de outubro de 2018 e sua retificação.

Ao abrigo do n.º 8 do artigo 9.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que, face ao decurso de tempo ocorrido desde a publicação do Aviso n.º 15692/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 201, de 31 de outubro de 2018, que procedeu à publicitação da abertura do procedimento concursal comum com vista à ocupação de 24 (vinte e quatro) postos de trabalho da carreira especial de inspeção, do mapa de pessoal da Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC), e à pertinência de estabilizar a identificação da legislação necessária à preparação dos temas da prova de conhecimentos, publicitados no referido aviso, foi determinado, por meu despacho, de 2 de abril de 2019:

1 — Proceder à alteração do ponto 16.1.2. do Aviso n.º 15692/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 201, de 31 de outubro de 2018, que passa a ter a seguinte redação:

16.1.2 — Com vista à preparação dos temas da prova de conhecimentos, indica-se, como referência, a seguinte legislação, na sua atual redação:

- a) Constituição da República Portuguesa;
- b) Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, com a última alteração pelo Decreto-Lei n.º 31/2019, de 1 de março — Lei Orgânica do XXI Governo Constitucional;
- c) Lei n.º 46/86, de 19 de setembro, com a última alteração pela Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto — Lei de Bases do Sistema Educativo;
- d) Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, com a última alteração pela Lei n.º 16/2016, de 17 de junho — Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário;
- e) Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com a última alteração pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho — Regime da Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos Públicos da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário;
- f) Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro — Lei Quadro da Educação Pré-Escolar;
- g) Despacho n.º 9180/2016, de 19 de julho — Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar; cf. também sítio da Direção-Geral da Educação, em www.dge.mec.pt;
- h) Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho — Princípios e normas que garantem a inclusão;
- i) Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, objeto da Declaração de Retificação n.º 29-A/2018, de 4 de setembro — Currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens;
- j) Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho — Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória; cf. também sítio da Direção-Geral da Educação, em www.dge.mec.pt;
- k) Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, com a última alteração pela Declaração de Retificação n.º 46/2012, de 17 de setembro — Estatuto do Aluno e Ética Escolar;
- l) Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de novembro — Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior;
- m) Decreto-Lei n.º 276/2007, de 31 de julho, com a última alteração pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro — Regime jurídico da atividade de inspeção, auditoria e fiscalização dos serviços da administração direta e indireta do Estado;
- n) Decreto-Lei n.º 170/2009, de 3 de agosto — Regime da Carreira Especial de Inspeção;
- o) Decreto Regulamentar n.º 15/2012, de 27 de janeiro — Lei Orgânica da IGEC;
- p) Portaria n.º 145/2012, de 16 de maio, com a última alteração pela Portaria n.º 230/2013, de 18 de julho — Determina a estrutura nuclear da IGEC e estabelece o número máximo de unidades flexíveis

e matriciais do serviço e as competências das respetivas unidades orgânicas nucleares;

q) Despacho n.º 10434/2013, de 9 de agosto, objeto da Declaração de Retificação n.º 1288/2013, de 11 de novembro — Criação das equipas multidisciplinares da IGEC;

r) Regulamento n.º 189/2013, de 24 de maio — Regulamento do Procedimento de Inspeção da IGEC;

s) Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto — Regime de Acesso à Informação Administrativa e Ambiental e de Reutilização dos Documentos Administrativos;

t) Carta Ética da Administração Pública, in Boletim dos Registos e do Notariado n.º 7 de julho de 2002;

u) Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da IGEC de 2015 — publicado no sítio institucional, em www.igec.mec.pt e as recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) n.ºs 1/2009, de 1 de julho, e 1/2010, de 7 de abril, aí mencionadas;

v) Lei n.º 8/90, de 20 de fevereiro — Bases da Contabilidade Pública;

w) Decreto-Lei n.º 166/98, de 25 de junho — Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado;

x) Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, com a última alteração pela Lei n.º 37/2018, de 7 de agosto — Lei do Enquadramento Orçamental;

y) Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, com a última alteração pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro — Regime da Administração Financeira do Estado;

z) Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro — Código do Procedimento Administrativo;

aa) Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, com a última alteração pela Lei n.º 14/2018, de 19 de março — Código de Trabalho;

bb) Lei n.º 35/2014, de 20 de julho, com a última alteração pelo Decreto-Lei n.º 6/2019, de 14 de janeiro — Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;

cc) Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, alterada pela Lei n.º 31/2008, de 17 de julho — Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas;

dd) Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, com a última alteração pelo Decreto-Lei n.º 96/2015, de 29 de maio — Lei Quadro dos Institutos Públicos;

ee) Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro — Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior;

ff) Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de novembro, com a última alteração pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio — Estatuto da Carreira Docente Universitária;

gg) Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de julho, com a última alteração pela Lei n.º 7/2010, de 13 de maio — Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico;

hh) Decreto-Lei n.º 125/99, de 20 de abril, com a última alteração pelo Decreto-Lei n.º 91/2005, de 3 de junho — Quadro normativo aplicável às instituições que se dedicam à investigação científica e desenvolvimento tecnológico;

ii) Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de abril, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 157/99, de 14 de setembro — Estatuto da Carreira de Investigação Científica;

jj) Lei n.º 40/2004, de 18 de agosto, com a última alteração pelo Decreto-Lei n.º 89/2013, de 9 de julho — Estatuto dos Bolseiros de Investigação;

kk) Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, com a última alteração pela Lei n.º 68/2017, de 9 de agosto — Bases do Financiamento do Ensino Superior;

ll) Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, com a última alteração pelo Decreto-Lei n.º 65/2018, de 16 de agosto — Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior;

2 — Retificar o ponto 16.1.1. do Aviso n.º 15692/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 201, de 31 de outubro de 2018:

Onde se lê:

«Capítulo VI — A Administração Pública e a atividade administrativa e financeira:»

deve ler-se:

«Capítulo V — A Administração Pública e a atividade administrativa e financeira:»

2 de abril de 2019. — O Inspetor-Geral, *Luís Capela*.

312202433